

Contributos para uma historiografia naval portuguesa: o livro *Instruções para a Brigada Real da Marinha, principiando pela escola do soldado até a de pelotão* e o treinamento de soldados da Marinha Real portuguesa nos anos iniciais do século XIX^{1*}

Contributions to a portuguese naval historiography: the book Instruções para a Brigada Real da Marinha, principiando pela escola do soldado até a de pelotão and the training of Portuguese Royal Navy soldiers in the early years of the 19th century

Fábio Neves Luiz Laurentino

Historiador. Mestre em História Militar pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e doutorando em História Marítima pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e Escola Naval (EN). E-mail: fabio.laurentino@campus.ul.pt.

RESUMO

O seguinte artigo tem como objetivo mostrar a instrução militar naval dada a um soldado recruta, recém-incorporado à vida militar, utilizada no início do século XIX pelo corpo vocacionado para guarnecer a artilharia das embarcações de guerra e atuar como infantaria de desembarque da Marinha Real portuguesa, a Brigada Real da Marinha. Para trazer à luz vivências de inserção a um mundo novo, o mundo militar (pautado pelas suas próprias características e ethos), escolheu-se como documento base o livro *Instruções para a Brigada Real da Marinha, principiando pela escola do soldado até a de pelotão*, um compêndio de instruções contemporâneo às políticas de reorganização e modernização da Marinha, à época.

PALAVRAS-CHAVE: Brigada Real da Marinha; compêndio de instruções; guerra anfíbia

ABSTRACT

*The following article aims to show the naval military instruction given to a recruit soldier, incorporated into military life, used in the early nineteenth century by the corps dedicated to manning the artillery of warships and acting as landing infantry for the Portuguese Royal Navy, the Brigada Real da Marinha. In order to bring to light experiences of insertion in a new world, the military world (based on its own characteristics and ethos), the book *Instruções para a Brigada Real da Marinha, principiando pela escola do soldado até a de pelotão*, a compendium of contemporary instructions such as policies for the reorganization and modernization of a Navy, at the time.*

KEYWORDS: Brigada Real da Marinha; instruction compendium; amphibious warfare

¹Artigo recebido em 08 de setembro de 2021 e aprovado para publicação em 08 de novembro de 2021.
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 17, n° 34, p. 11-34 – 2021.

INTRODUÇÃO

Este trabalho centraliza-se em terrenos até ao momento pouco palmilhados pela investigação histórica em países como Portugal e Brasil, e busca contribuir para o preenchimento de uma lacuna historiográfica: o estudo da história institucional da Brigada Real da Marinha. A exemplo disto, encontra-se na *Nova História Militar de Portugal* (TEIXEIRA & BARATA, 2003), ou em outras obras de referência, pouco ou nenhum espaço reservado a este tema. Na nossa perspectiva, este estudo pode trazer algumas novidades e elucidar vários aspectos do treinamento dos soldados pertencentes à Infantaria de Marinha portuguesa.

No final do século XVIII, as organizações existentes que então forneciam pessoal para as guarnições dos navios de guerra portugueses eram o Regimento de Artilharia de Marinha (que formava os artilheiros), os dois Regimentos de Infantaria de Marinha (responsáveis por fornecer os soldados de infantaria, zelar pela segurança e disciplina a bordo) e o Regimento de Marinha (que fornecia os marinheiros). É de se imaginar, como consta no alvará de criação da Brigada Real da Marinha, que tal diferença entre doutrinas formadoras acabaria por resultar em conflitos disciplinares. Rivalidade entre os diferentes organismos eram frequentes.

Também por este motivo, mas sobretudo pelo contexto da criação de um quadro de pessoal na Armada Real portuguesa e outras medidas que alteraram por completo o funcionamento da Marinha de Guerra, é que pelo alvará régio com força de lei de 28 de agosto de 1797, para “dar às guarnições dos navios o espírito de corpo e unidades necessárias” e evitar “os graves inconvenientes que seguem sobre a disciplina na Armada Real”, foram substituídos os três regimentos existentes na Armada Real por um novo corpo, denominado Brigada Real da Marinha. Esta nova unidade tinha

por missão não só guarnecer os navios, mas também defender o Arsenal Real e outros fortes, bem como preparar e conservar os petrechos navais e de artilharia das mesmas embarcações de guerra quando desarmadas². Inscreve-se ainda no mesmo alvará a preocupação pelo aperfeiçoamento técnico deste tipo de soldado, em uma fase que o uso da artilharia já requeria algum treino e coordenação durante o combate, necessitando de “novos exercícios a que não estão acostumados”³.

Em artigo recentemente publicado, Pablo Ortega del Cerro afirma ser a profissionalização da Marinha portuguesa uma questão ainda praticamente inexplorada, mas fundamental para a compreensão do desenvolvimento de um império marítimo e colonial. Em seu estudo, examinou o processo de profissionalização naval a partir do corpo de oficiais (CERRO, 2020). Comparativamente a outras Marinhas europeias, Pablo Ortega del Cerro explica que Portugal foi um caso tardio, tendo este processo começado na década de 1760 e que só foi implementado a sério nas décadas de 1780 e 1790. Enquanto isso, muitas monarquias europeias empreenderam um processo de profissionalização de suas Marinhas ao longo da segunda metade do século XVII e na primeira metade do século XVIII. Para Portugal, as tentativas de profissionalizar o corpo de oficiais da Marinha de Guerra tiveram seu planejamento e implementação aquém da teoria. Dentre as razões para isso, encontram-se a promoção do comércio com seu império – especialmente com o Brasil – e o não acompanhamento proporcional do seu poderio militar no mar (CERRO, 2020, p. 571).

A segunda metade do século XVIII torna-se palco destas transformações. As rivalidades globais e a interdependência inglesa obrigaram Portugal a reagir, construindo uma Marinha e profissionalizando seu corpo de oficiais. Como exemplo des-

ta reação, encontra-se o corpo de cadetes navais. Criada a figura do guarda-marinha em 1761, o novo cadete naval precisava adquirir conhecimentos e habilidades, mas sua educação, organização e padrões de promoção ficaram mal regulamentados. Em 1774, sua posição foi suprimida. Sob os impulsos reformistas durante o reinado de Maria I, foi fundada a Companhia dos Guardas-Marinhas, mais bem regulada, mas ainda com graves incoerências. Outras reformas foram realizadas e, em 1796, a Academia Real dos Guardas-Marinhas foi fundada sendo um centro profissional onde os cadetes podiam receber treinamento teórico e prático (CERRO, 2020, p. 572).

Se observamos comparativamente, este processo de “profissionalização naval” não aconteceu isolado. Estava em curso em várias potências marítimas europeias, recaindo sobre o corpo de oficiais da Marinha militar o impacto mais visível do processo de profissionalização das Marinhas de Guerra europeias durante o século XVIII, quando a exigência de conhecimentos e habilidades diversas (até habilidades científicas) se uniriam às atividades bélicas de um militar. Em Espanha, por exemplo, este processo pode ser dividido em dois eixos durante todo o século XVIII: durante a primeira metade do século, a experiência da profissionalização naval pode ser considerada como um tempo de gestação e maturação, tendo que esperar até a segunda metade do século para observar uma consolidação da instituição naval, sobretudo após a publicação das Ordenanças de 1748⁴, quando a profissionalização naval se intensifica verdadeiramente através de várias medidas, propostas, inspeções e projetos (CERRO, 2016, p. 224). Dentro destas resoluções, busca-se como primeiras medidas pela uniformidade do sistema de promoções do *Cuerpo General* (corpo de oficiais da Armada Real espanhola) que, repetindo

as palavras de críticos contemporâneos, “encontrava-se corrupto e repleto de favoritismo”, sendo muitos oficiais privilegiados com promoções mais rápidas ou designados para postos mais vantajosos através da influência transversal ou direta de parentes, amigos ou conhecidos (CERRO, 2016, p. 229). Já em um segundo momento, um verdadeiro ponto de viragem pode ser definido após a publicação das Ordenanças de 1748. Este conjunto de leis era, por um lado, o ponto alto dos trabalhos de melhoramento da Armada Real espanhola que haviam começado em 1714; sendo, por outro, as medidas de referência para todos os projetos que seriam levados a cabo durante toda a segunda metade do século XVIII.

No início da década de 1790, a Armada Real espanhola contava com 1.690 oficiais – número similar à da Marinha de Guerra francesa – na qual havia a necessidade de um verdadeiro sistema burocrático, centralizado e eficaz para gerir o corpo de oficiais. Dentre os projetos realizados visando à modernização do gerenciamento do pessoal, encontra-se o Sistema Mazarredo, proposto pelo Tenente-General José de Mazarredo Salazar, cujo objetivo era avaliar os oficiais individualmente em pilotagem, manobra, tática, na prática da artilharia, disciplina, exercício e conservação dos equipamentos, conhecimento de línguas estrangeiras e outras ciências, preparando uma justa avaliação dos méritos e promoções futuras (CERRO, 2016, p. 223). O Sistema Mazarredo mostra-se, sem dúvida, como um exemplo da busca por uma profissionalização naval na Armada Real espanhola durante a segunda metade do século XVIII, sendo esta uma das diversas vias para conseguir oficiais com habilidades tanto militares quanto científicas.

Em Portugal, para a Brigada Real da Marinha, parece não ter sido diferente. Relacionamos a escrita do compêndio de

instruções para o treinamento de novos soldados – que será aqui apresentado – inserida em um conjunto de tentativas à procura de uma maior profissionalização do seu quadro de pessoal, assim como foi o estímulo e construção de espaços voltados ao incentivo da leitura nos aquartelamentos desta Brigada, como menciona o seu alvará de criação.

Sendo assim, os documentos utilizados para percorrer tal caminho provêm da esfera política, administrativa e “operacional” da Marinha de Guerra portuguesa desta época. A fonte principal é um compêndio de instruções anônimo, voltado aos oficiais e oficiais inferiores (designação, à época, para a atual graduação de sargento) da Brigada Real da Marinha e seus respectivos soldados, denominado *Instruções para a Brigada Real da Marinha, principiando pela escola do soldado até a de pelotão*⁵. Este documento foi possivelmente escrito em 1804, não transcrito e não publicado, encontrando-se na seção de Documentos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), em Lisboa.

HISTORIOGRAFIA

Dentre as mais recentes observações para a historiografia da guerra anfíbia publicada por Manuel Díaz-Ordóñez, destaca-se a lacuna historiográfica – assim chamada pelo autor – da análise deste tipo de operação militar nos Mundos Antigo, Medieval e Moderno, sendo este debate essencialmente deixado para o Mundo Contemporâneo. Também este assunto esteve ausente (ou com pouca visibilidade) da análise clássica de Alfred T. Mahan e, mais recentemente, das de Geoffrey Parker, Michael Roberts ou Richard Harding. Para Manuel Díaz-Ordóñez, analisar os desembarques e as operações combinadas ao longo dos séculos é um ponto importante da história da guerra (ORDÓÑEZ, 2016, p. 10).

Thomas More Molyneux (c. 1724-1776), um militar de carreira, é considerado o primeiro teórico da guerra anfíbia, que denominou de *littoral war*. Seu livro *Conjunct expeditions* (1759), publicado em 1759, e que de forma explícita assinala no título a importância de operações “*carried on jointly by the fleet and army*”, destacava a importância da logística anexa ao desenvolvimento da operação e um comando integrado, não centralizado, como ferramentas básicas para uma campanha vitoriosa. Para chegar a essa conclusão, o autor analisou 68 operações combinadas por ou contra os ingleses, desde o início do período elizabetano, incluindo algumas campanhas em que havia participado diretamente, como Rochefort (1757), St. Malo (junho de 1758) e Cherburgo (agosto de 1758).

Sua primeira conclusão destaca que seu país não possuía uma doutrina anfíbia, sendo as ações desencadeadas pelos britânicos feitas a partir da tradição francesa. Destaca também que, a partir de um estudo das operações anfíbias britânicas nos últimos séculos, existia uma maior porcentagem de êxito entre as operações menores frente às operações consideradas maiores. Analisou que dentre as campanhas vitoriosas o diferencial estava na liderança concentrada e um planejamento amplo e bem elaborado. Sobre a liderança concentrada, atribuiu o sucesso das pequenas ações ao fato de que apenas um comandante exercia o comando das forças desdobradas. Ele observou que nas grandes ações fracassadas o comando era distribuído por pelo menos dois oficiais seniors. Sobre o planejamento amplo, acreditava que o perigo de um mau planejamento não se encontrava na existência de vários chefes, mas na má coordenação desses controles. Concluiu que a maioria das expedições britânicas fracassadas exigiria pelo menos o dobro do pessoal militar empregado do que o realmente utilizado (ORDÓÑEZ, 2016, p. 13).

Para este teórico, segundo o historiador Manuel Díaz-Ordóñez, o fator logístico era de crucial importância em uma ação anfíbia: a mobilização de recursos, um sistema de transportes apropriado e dispor de navios específicos para cada tipo de suprimento era essencial para o sucesso da operação (ORDÓÑEZ, 2016, p. 14).

Boa parte da publicação de Molyneux se dedica a estabelecer um sistema para facilitar o planejamento e a execução deste tipo de operação. Estas conclusões foram seguidas em parte por comandantes britânicos, o que explica o êxito das ofensivas inglesas posteriores, como a de James Wolfe contra Quebec em 1759 (ORDÓÑEZ, 2016, p. 14).

Acompanha o mesmo pensamento John Mac Intyre (1763), que publicou, em 1763, um tratado militar cujo principal assunto seria a integração de comando, defendendo também a interação dos recursos necessários nos preparativos de uma ação anfíbia. Mac Intyre enfatizou também a importância da conexão entre as administrações militar e civil. No seu ponto de vista, a administração civil tinha também de implementar eficazmente recursos e mecanismos mais eficientes que deveriam ser utilizados em ações anfíbias.

Ambos os teóricos destacaram, a partir da segunda metade do século XVIII, a relevância do ajuste e perfeita coordenação entre as forças utilizadas durante uma ação militar.

Voltando ao mundo ibérico, encontramos, ainda no século XVIII, o teórico espanhol Jaime Miguel de Guzmán de Avalos y Spinola (1690-1767), II Marquês de la Mina e capitão-general do Exército espanhol, que dedicou algumas páginas do seu livro *Máxima para la guerra* (1776) à estratégia anfíbia, sobretudo do ponto de vista da interpretação logística. Ao deixar as considerações táticas em segundo plano, sua escrita foca a importância do con-

fronto às forças anfíbias atacantes com o que chamou de “conciliar-se com o país”. Para Guzmán, a invasão inimiga através de uma força de desembarque pode causar resistência por parte dos “nacionais” (i.e., populações locais), onde o principal modo de confronto passava pela destruição de recursos de que a força de assalto atacante carecia. Como escreveu o autor, “se a comida é escassa, não há orientação clara, não há espião fiel ou força para aquele que defende a linha de frente”.

Segundo Manuel Díaz-Ordóñez, Guzmán ressalta a importância de garantir a logística local quando não puder ser efetivamente garantida pelo componente naval envolvido na ação. Passa frequentemente pela escrita do Marquês de la Mina a ideia de que a melhor forma de combater uma ação anfíbia inimiga é precisamente a destruição ou transferência de todos os recursos ao alcance do inimigo, o que colocaria em dúvida a preparação logística e seu potencial avanço (ORDÓÑEZ, 2016, p. 14).

A BRIGADA REAL DA MARINHA

Criada em 1797, a Brigada é composta, em grande parte, por soldados dos dois Regimentos de Infantaria de Marinha e do Regimento de Artilharia de Marinha, criados em 1791. Segundo José António Rodrigues Pereira, o primeiro reunia e recrutava o pessoal para a Infantaria de Marinha, responsável pela segurança e disciplina a bordo dos navios; em combate, a Infantaria de Marinha ocupava os céus das gáveas para dali tentar atingir os soldados inimigos que trabalhavam no convés e, especialmente, os oficiais reunidos na tolda. Já o Regimento de Artilharia de Marinha recrutava e treinava os artilheiros dos navios da Armada Real. Isto num período em que alguma preocupação com a instrução e o treinamento para utilização das peças em combate já se fazia presente

(PEREIRA & CASTRO, 2018, p. 34). Assim, após ganhar uma nova forma, a Brigada Real da Marinha passou a ser reunida em três divisões: a Divisão de Artilheiros, a Divisão de Fuzileiros e a Divisão de Artífices e Lastradores. Seu efetivo totalizava 5.222 praças.

Quanto à instrução, é perceptível a preocupação com a formação dos soldados artilheiros, fuzileiros, artífices e lastradores desde o documento fundador da Brigada Real da Marinha. Nele, destacam-se os parágrafos XLIII, XLIV e LIII. O primeiro alerta sobre a importância da leitura e atualização intelectual do oficial da Brigada: determina que haja uma sala, próximo aos arsenais, para reunir tudo o que fosse publicado, entre livros, desenhos e modelos sobre construção, aparelho, navegação, artilharia e tática naval. Ao final, possui diretrizes para o inspetor-geral “animar a todos os que ali quiserem estudar”. Os seguintes parágrafos tratam da instalação de uma Escola Prática de Artilharia, ficando a cargo do inspetor-geral o seu pronto funcionamento e ao major de Artilharia ou capitão de fragata dos artilheiros marinhos a responsabilidade do comando da Escola e das “convenientes lições”.

Vale ressaltar que, até os finais do século XVIII, a instrução técnica do pessoal da Armada seria, basicamente, ministrada a bordo dos navios, o que Jorge Manuel Moreira Silva chamou de “formação *on-job*”⁶. Afirma também que o treino de manobra era, praticamente, a única necessidade em termos de formação, visto que o pessoal de Artilharia e Infantaria era oriundo do Exército até a criação da Brigada Real da Marinha, em 1797. Será também neste mesmo ano que se estabelece a primeira escola técnica de Marinha, voltada para a instrução da Artilharia⁷.

Quanto à organização de aquartelamento e primeiras instruções dos dois grupos que nos interessam neste trabalho,

destacam-se os artilheiros marinhos pertencentes à 1ª Divisão da Brigada Real da Marinha, que, após a saída do alvará de 28 de agosto, foram organizados a bordo da Nau *Nossa Senhora de Belém e D. José* (CARDOSO & CANECO, 1997, p. 214). Além da instrução básica que era ministrada aos artilheiros marinhos cabiam algumas obrigações, especificamente:

em cada companhia haverá uma parte destinada às obras pertencentes à Artilharia, as quais são, a construção de carretas, talha e palamenta para o serviço das peças.

(...)

será guarnecido pelo mesmo corpo de artilheiros marinhos o presídio da Trafaria, junto do qual se estabelecerá uma bateria que servirá de exercício, e onde se darão as necessárias lições aos artilheiros; e se lhes dará depois o exercício ao alvo o maior número de vezes que for possível, não se lhes deixando ignorar coisa alguma do que hão de praticar no mar, e antes procurando até ter modelos em que possam se instruir de tudo.

Nota-se, então, que não havia uma concentração de todos os artilheiros marinhos num mesmo local. A instrução era segmentada entre vários locais, apesar de existir o quartel da Divisão, onde era dada a instrução básica, sendo depois destacados para a instrução prática junto às baterias. Após a realização da instrução básica, estes artilheiros eram distribuídos pelas naus ou comissionados em terra, não deixando de pertencer à 1ª Divisão, regressando ao seu quartel sempre que lhes fosse determinado (CARDOSO & CANECO, 1997, p. 215).

Além disso, a criação da Brigada Real da Marinha libertou o Regimento de Artilharia da Corte – ligado ao Exército – que desde 1762, ano de sua criação, tinha tam-

bém por missão destacar homens para guarnecer as fortalezas marítimas, o Castelo de São Jorge, o presídio das Beírolas e os navios da Esquadra⁸. Somente no final de 1801 é que a Brigada Real da Marinha absorveu todo este encargo de enviar artilheiros para as embarcações de guerra. A partir de 1801 e até à Guerra Peninsular, o Regimento de Artilharia da Corte limitou-se a guarnecer a Torre de Belém, a Torre Velha, o Forte de São Lourenço e a fortaleza de Cascais, em operações na linha de defesa de Lisboa (BOTELHO, 1944, p. 53). Segundo José Justino Teixeira Botelho, era raro não aparecer na documentação pessoal, oficiais e praças do Regimento de Artilharia da Corte, a menção de combates no mar ou longa narração de expedições marítimas em muitos territórios ultramarinos durante este período.

Os fuzileiros marinheiros pertencentes à 2ª Divisão da Brigada Real da Marinha, cujas instalações iniciais não se conseguiram precisar, tinham como principal função a defesa das embarcações, o treino de marcha e o exercício de alinhamento na “prontidão do ataque”, tanto por filas, como em pelotões. Alerta ainda o alvará de 28 de agosto de 1797 que a instrução será deixada sempre aos cuidados do oficial responsável, isto é, o capitão de fragata ou major do referido corpo e praticada até exaustão. Era também da responsabilidade do mesmo oficial a instrução de marcha e evolução com armamento individual da 1ª Divisão da Brigada Real da Marinha, a divisão de artilheiros marinheiros.

POLÍTICAS REFORMISTAS NO CONTEXTO REVOLUCIONÁRIO: A INSTRUÇÃO AO SOLDADO DA BRIGADA REAL DA MARINHA

O reinado de D. José I, sobretudo após a ascensão política de Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e, depois, Marquês de Pombal, foi caracteriza-

do por uma tentativa de transformar a estrutura da sociedade portuguesa a partir de ações políticas. Houve uma expansão sobretudo em três direções: a afirmação e consolidação do Estado enquanto entidade institucional; a afirmação de um núcleo político dirigente do Estado e da sociedade portuguesa; e uma ação reformadora global que buscava um intervencionismo ativo sobre as realidades nacionais (SERRÃO, s/d, p. 12). Uma outra área de intervenção específica foi a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, entregue a Martinho de Melo e Castro, destacado político e diplomata, que assumiu a responsabilidade de dirigir todos os assuntos relativos à Marinha de Guerra, Mercante e dos territórios ultramarinos.

Sua chegada à secretaria em 1770 pode ser entendida em um contexto de grandes esforços para a modernização da Armada Real portuguesa, inserida em um momento político pouco favorável para as instituições militares, observadas e melhoradas apenas nos momentos de crise e iminente conflito com potências estrangeiras. Desde 1757 até 1764, encontramos alvarás que procuraram instituir tentativas de modernização e capacitação do pessoal embarcado⁹, embora sem sucesso tangível.

No final da década de 1770, após o envolvimento da Coroa portuguesa na guerra dos Sete Anos e das lutas na América do Sul para a posse dos limites sul do território brasileiro, a morte do monarca D. José I e a subida ao trono de D. Maria I, em 1777, levaram ao afastamento do Marquês de Pombal do comando político do governo. Segundo algumas interpretações, se inicia um período de regresso das posições sociais e privilégios por parte daqueles que haviam sido perseguidos ou afastados do poder pelo antigo secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino (RODRIGUES, 2014, p. 296). Apesar dos jogos de bastidores, não se verificou crise sucessória. O processo que

se convencionou chamar de “Viradeira” ficou marcado pela reintegração de alguma primeira nobreza da Corte, antes alienada (MONTEIRO, 2003, pp. 34-41).

Segundo José Damião Rodrigues (2014, p. 297), o período mariano parece ter correspondido a um retorno a uma situação de equilíbrio tradicional de poder, mesmo com algumas linhas de força definidas no reinado anterior ainda atuantes. As secretarias de Estado continuaram a exercer as decisões políticas, como no período pombalino, e os chefes de algumas secretarias continuaram à frente de suas pastas por um largo número de anos, assim como também esteve Sebastião José de Carvalho e Melo. Dentre os ministros em exercício que permaneceram no cargo durante o reinado de D. Maria I, Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, e Aires de Sá e Melo, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, asseguraram a transição entre os reinados de D. José I e D. Maria I, conservando os fios condutores das políticas internas e externas da monarquia, com destaque para o trabalho de Martinho de Melo e Castro.

Em paralelo, é implementado um programa reformista que visava à reorganização do império, aprofundando a sua dimensão atlântica, num movimento que vinha já da viragem do século, em uma nova concepção de uma política colonial com especial ênfase no mundo luso-brasileiro, onde uma Marinha moderna e poderosa mostrava-se fundamental para proteger os interesses nacionais no mar e conter uma ameaça francesa pós-Revolução. Assim, a partir de 1793, iniciou-se um processo de modernização na Armada Real portuguesa sob os cuidados de Martinho de Melo e Castro, abrangendo as áreas de material, pessoal e infraestrutura, onde a criação da Brigada Real da Marinha, em agosto de 1797, se encontrava inserida.

A MARINHA DE GUERRA PARA MELO E CASTRO E D. RODRIGO DE SOUSA COUTINHO

Martinho de Melo e Castro nasceu em Lisboa a 11 de novembro de 1716, filho de Francisco de Melo e Castro, da Casa dos Condes de Galveias, e D. Maria Joaquina Xavier Madalena e Silva. Destinado à carreira eclesiástica, frequentou o Colégio da Purificação da Companhia de Jesus, em Évora. Neste local, distinguiu-se pela sua capacidade intelectual e sentido dialético que, na futura carreira diplomática, tanto havia de o notabilizar.

Em 1739, o Rei D. João V nomeou-o Cónego da Sé de Lisboa, com 23 anos de idade. Servia a carreira eclesiástica, mas a sua inclinação e o pendor intelectual da época levam-no a dedicar-se aos estudos políticos. Em 1751, inicia sua carreira diplomática sendo nomeado pelo Rei D. José I enviado da Coroa portuguesa junto dos Estados-Gerais das Províncias Unidas. Após relevantes serviços, o monarca nomeia-o, em 1754, embaixador em Londres, sendo a consagração do jovem diplomata, visto a relevância do cargo e a importância das relações entre Portugal e Grã-Bretanha especialmente naquele período. Inserido à Corte britânica, sua preocupação com a defesa do território português foi um dos elementos que caracterizou a ação de Melo e Castro frente aos diplomatas estrangeiros. Após seis anos de permanência em Londres, regressa a Lisboa, em 1770, para ocupar a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

Exercendo a liderança da pasta por mais de 25 anos, procedeu a uma completa renovação da Esquadra e à modernização da organização e das infraestruturas de apoio. Foram a percepção da ameaça de guerra com a França Revolucionária e a necessidade de proteger o comércio ma-

rítimo, principalmente com o Brasil, bem como a necessidade de salvaguardar as costas metropolitanas e a proteção dos já então reduzidos territórios do Oriente, os motivos que terão levado ao impulso de desenvolvimento da Armada Real.

Quanto à construção naval, em um período de sete anos, construíram-se no Arsenal de Marinha 18 navios de guerra (sendo quatro naus ou navios de linha) e renovaram-se outros seis no dique daquele estaleiro. É neste período que os navios construídos ou modernizados ao abrigo desta ação passam a ser batizados com nomes de personalidades – reis, príncipes e figuras históricas – abandonando os tradicionais nomes de santos católicos. Por exemplo, a Nau *Nossa Senhora do Pilar* (1763-1793) é rebatizada com o nome *Conde D. Henrique* (1793-1822).

Foi criado um quadro de pessoal na Armada Real, uma vez que, até então, o recrutamento e a desmobilização destes homens eram feitos à medida das necessidades vigentes. No âmbito do ensino, em 1779, foi criada a Academia Real de Marinha, para a formação dos oficiais da Marinha de Guerra e Mercante, que funcionaria até 1837. Em 1782, nascia a Companhia Real dos Guardas-Marinhas e a sua respectiva Academia Real dos Guardas-Marinha, sendo o seu primeiro diretor o Capitão de Mar e Guerra José Maria Dantas Pereira, cuja missão era fornecer uma apurada formação acadêmica e prática (sobretudo em Construção, Náutica, Manobra, Tática e Artilharia Naval) dos futuros oficiais, tendo em vista um melhor preparo para guarnecer os novos navios. Em relação aos oficiais, é criado o Quadro de Oficiais da Armada Real, composto por 4 Chefes de Esquadra (equivalentes aos atuais Contra-Almirantes), 8 Chefes de Divisão (equivalentes a Comodoros), 30 Capitães de Mar e Guerra, 30 Capitães de Fragata, 70 Capitães-Tenentes, 140 Primeiros-Tenentes, 140 Segundos-Tenentes, sendo regulariza-

do os respectivos soldos e equiparando-os aos do Exército, até então maiores. Para além desta reorganização do pessoal, ainda assim a falta de oficiais experientes para guarnecer os novos navios obrigou a contratação de oficiais estrangeiros, majoritariamente britânicos, principalmente para o controle da artilharia.

O cargo de Intendente dos Armazéns foi criado, com extinção do cargo de Provedor dos Armazéns da Guiné e Índia, terminando a transmissão hereditária deste serviço. No âmbito da administração e contabilidade, foi criada a Contadoria dos Armazéns da Guiné e Índia que, a partir do alvará de 3 de junho de 1793, passa a ser designada por Arsenal da Marinha.

Para os assuntos de direção superior e administração naval foi criado o Conselho do Almirantado, pelo decreto de 25 de abril de 1795, sendo composto por um presidente (o secretário de Estado de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos), quatro conselheiros (oficiais-generais do Corpo de Marinha), um tradutor de línguas (paisano), um secretário (oficial graduado do Corpo de Marinha) e três ajudantes (paisanos).

Em matéria de infraestruturas, a Real Fábrica de Cordoaria e o Dique do Arsenal foram decisivos para manter o abastecimento e reparo dos navios. O primeiro visava ao abastecimento de amarras, cabos, massame, velame, bandeiras e toda a palamenta necessária à Marinha de Guerra e Mercante. Fundada em 1771, veria o seu edifício ser construído na Rua da Junqueira apenas em 1779. O segundo, uma das primeiras docas secas da Europa, serviu para reconstruir alguns navios de linha e receber os maiores navios que então se construíam. Em paralelo, fundou-se o Arsenal da Bahia, no Brasil, e reorganizou-se o Arsenal da Índia, em Goa, mostrando-se destacadas bases de apoio à operacionalidade em pontos distantes da metrópole.

O outro elemento decisivo no período à frente da Secretaria da Marinha foi D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Nascido em Chaves a 4 de agosto de 1745, era filho de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador de Angola, e próximo de Pombal. Cursou o Colégio dos Nobres e estudou posteriormente na Universidade de Coimbra. Iniciou sua carreira diplomática como ministro na Corte de Turim onde esteve até 1795. Neste ano, foi chamado a Portugal para substituir Martinho de Melo e Castro na Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, por ocasião do falecimento do antigo cónego da Sé de Lisboa. Assim, passou a ser o continuador da obra de reorganização iniciada por aquele estadista.

Entre as realizações da sua administração está a criação do Corpo de Engenheiros Construtores Navais, a Real Junta da Fazenda da Marinha (como organismo de gestão da construção e recepção dos navios) e o Real Hospital de Marinha, à época o hospital mais moderno de Lisboa. Além dos trabalhos de reorganização da Armada portuguesa, também contou com seu apoio a Sociedade Real Marítima Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão de Cartas Hydrográficas, Geográficas e Militares instituída através de sua iniciativa, em 1798.

Sobre a prática do ensino militar naval, o alvará assinado pelo Príncipe Regente D. João em novembro de 1800 atendeu à regularização das viagens de instrução de Guardas-Marinha, ou, como escrito no documento, “exercícios de mar”. Ficava ordenado que em todos os anos (em tempos de paz), nos meses de férias da Academia Real dos Guardas-Marinha, fosse destacada uma corveta onde embarcassem guardas-marinha, voluntários e mais ainda quem os comandantes de companhia destinasse para exercitar no mar o conteúdo aprendido na referida Academia¹⁰.

Também durante seu período como secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos impulsionou a exploração sistemática, em bases científicas, dos territórios ultramarinos. Neste contexto, ordenou a “viagem filosófica” de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Brasil (1783-1792), tendo a expedição percorrido rios e caminhos das capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, e a tentativa de Lacerda de Almeida da travessia da África de Leste para Oeste. Foi também durante a sua estada frente à secretaria que Pedro João Baptista e António José realizaram a travessia do mesmo continente, entre Angola e Moçambique, durante os anos de 1802 a 1810.

Favorável à aliança luso-britânica, foi considerado pelo governo francês como um insolente. Durante a permanência em Lisboa do General Lannes, como representante do governo francês, foi imposta ao Príncipe Regente, em 1803, a sua exoneração, juntamente com a do secretário de Estado da Guerra e Negócios Estrangeiros, D. João de Almeida, Conde das Galveias. No contexto da transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1807, foi nomeado secretário de Estado da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. Faleceu no Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1812, com 67 anos.

O LIVRO INSTRUÇÕES PARA A BRIGADA REAL DA MARINHA, PRINCIPIANDO PELA ESCOLA DE SOLDADO ATÉ A DE PELOTÃO

O documento em destaque, pertencente ao início do século XIX e anônimo, constitui um dos textos militares mais completos sobre a preparação do soldado da Brigada Real da Marinha nos finais do Antigo Regime português. Consideramos também como uma valiosa peça para a compreensão e a compilação de dados sobre o ensino militar naval neste

período e decisivo para compor a história institucional da Brigada Real da Marinha. Mesmo quando comparado a outros escritos do mesmo gênero literário – destaque para o Livro III e a forma dialógica como método utilizado para transmitir a instrução ao soldado recruta –, destaca-se pela sua riqueza na dimensão técnica, como, por exemplo, as lições direcionadas aos artilheiros marinha. É composto por três livros, nos quais são abordados ensinamentos primários aos soldados até o nível de pelotão. Em todo o texto, destaca-se um caráter oficial, evidenciando a disciplina e hierarquia entre patentes. Também se nota a formalidade entre os interlocutores (particularmente nos diálogos do Livro III), ao mesmo tempo em que se utiliza uma linguagem pragmática, como em todo manual militar.

Quais as motivações do autor? Sem dúvida, sua motivação passa pelo olhar das mudanças materiais e científicas do mundo marítimo, onde busca contribuir para a profissionalização e aperfeiçoamento técnico do soldado recém-ingresso desta unidade militar. Quais os seus objetivos? Redigir um manual, não de caráter teórico, mas sim com características de fácil entendimento, prático, destinado a oficiais e oficiais inferiores¹¹ da Brigada Real da Marinha encarregados da instrução dos soldados recrutas (a quem o texto chama de “Instruidor”).

No que diz respeito à datação do documento, presumimos que tenha sido escrito cerca de 1804, sendo o único indicativo temporal em todo o documento sobre sua produção o título do Livro II, “*Rezumo do exercício de Artilharia da Marinha ensinado no Forte de Xabregas para uzo dos Navios de Guerra em o Anno de 1804*”. Acreditamos que tal texto possa ter sido redigido alguns anos antes ou depois, uma vez que os exercícios e tecnologia relatados são contemporâneos dos utilizados no início do século

XIX. Por fim, ao que foi possível investigar, nada sabemos sobre sua autoria.

A PROVÁVEL INFLUÊNCIA

Sobre a utilização de textos antigos, o próprio autor de *Instruções para a Brigada Real da Marinha, principiando pella escola do Soldado até á de Pelotão* não refere, em momento algum, quais as fontes que serviram de inspiração, visto que a obra não apresenta nenhum texto introdutório ou algo similar. Em relação às fontes cujas características são aproximadas, encontramos semelhanças com *O Soldado Prático*, de Diogo do Couto, um clássico da literatura da expansão portuguesa, (nos aspectos literários e linguísticos), particularmente no Livro III. A relação entre essas duas obras apresenta-se através do gênero dialógico, gênero bem característico da prosa hispânica, largamente utilizada entre os séculos XVI e XVII. Aliado à herança clássica e humanista, trata-se de um gênero pertinente para a especulação das mais variadas matérias. Tanto em nosso documento quanto em *O Soldado Prático*, o diálogo serve para formar e informar, próximo também do diálogo ciceroniano, enquanto reflexão didática (MARTÍN, 2009, p. 33).

Tanto na obra de Couto quanto no Livro III do nosso documento, encontramos semelhanças também nas coordenadas espaço-temporais que suportam o funcionamento do diálogo. Em nosso caso, os dois personagens participantes – um soldado novo, recruta, e um soldado velho, instrutor – coincidem em um ambiente de instrução militar (uma fortificação ou um aquartelamento) onde uma conversação sobre ensino-aprendizagem se desenvolve. Mantendo-se fiel às características do gênero dialógico, nosso documento faz dos personagens autores e espectadores ao mesmo tempo, uma vez que se estabelece entre os personagens um intercâmbio de assuntos e ideias.

São também próximas da mesma temática e com algum tipo de filiação com *O Soldado Prático*, as obras espanholas *Itinerario de navegación de los mares y tierras occidentales*, de Juan Escalante de Mendoza (1575), os *Diálogos de la vida del soldado*, de Diego Nunez Alba (1552), e a portuguesa *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia oriental*, de autoria de Francisco Rodrigues Silveira (1621-22), onde experiências de vida militar são relacionadas a outros que se iniciarão nela.

Por fim, curiosamente, o documento aqui analisado, supostamente escrito cerca de 1804, surge poucos anos depois da publicação da primeira edição do *O Soldado Prático*, em finais do século XVIII, precisamente em 1790, a partir de um interesse pela obra coutiana por parte da Academia Real das Ciências de Lisboa, que buscava manuscritos inéditos do autor, sendo encarregado pela edição o acadêmico António Caetano do Amaral (MARTÍN, 2009, p. 17). Em paralelo, no mesmo período, vê-se um aumento das atividades editoriais da tipografia do Arco do Cego, cuja análise encontrada no trabalho de Diogo Ramada Curto é referência para a História da Literatura (CURTO, 2007).

À luz do que aqui foi exposto, não nos parece despropositado afirmar que o autor de *Instruções para a Brigada Real da Marinha, principiando pêlla escolla do Soldado até á de Pelotão*, ao compor sua obra, se encontrava familiarizado com o diálogo coutiano, na medida em que o Livro III, composto por um diálogo, demonstra uma compreensão da metodologia utilizada por Diogo do Couto.

ESTUTURA INTERNA: ANÁLISE E COMPARAÇÃO CRÍTICA

Ao longo de sua estrutura, as *Instruções para a Brigada Real da Marinha*, apresenta uma divisão em três livros: Livro I – “*Instruções para a Brigada Real*

da Marinha, principiando pêlla escolla do Soldado até á de Pelotão” (o mesmo nome do título do documento); Livro II – “*Resumo do exercício de Artilharia da Marinha ensinado no Fôrte de Xabrégas para uzo dos Navios de Guerra em o Anno de 1804*”; Livro III – “*Artilheiro Maritimo ou Compêndio de instruções para o artilheiro do mar ordenado em forma de diálogo por Methodo claro para uzo dos Soldados da Brigada Real da Marinha*”.

Enquanto o primeiro livro se preocupa com o que convencionamos chamar de instrução básica (noções de ordem unida, vozes sobre instrução de tiro e noções sobre manuseio e manutenção do equipamento) ligada à prática da Infantaria, os seguintes livros são constituídos, sobretudo, por preceitos relacionados com o tratamento das forças de Artilharia e seu conhecimento técnico (posicionamento da guarnição frente à peça e em parada, os diferentes calibres e projéteis utilizados pela Marinha de Guerra, vozes de exercício de Artilharia, o conhecimento e manuseio da carreta da peça e conhecimento dos petrechos navais) sendo todas estas instruções o primeiro contato do soldado recruta com a sua iniciante vida militar.

LIVRO I: INSTRUÇÕES PARA A BRIGADA REAL DA MARINHA, PRINCIPIANDO PELA ESCOLA DO SOLDADO ATÉ A DE PELOTÃO

A instrução individual ao soldado de Infantaria, o aprendizado da tecnologia vigente e o manejo e disparo das armas de fogo utilizadas pela Brigada Real da Marinha no início do século XIX constituem o foco principal do Livro I. A este respeito, lembramos que, segundo os historiadores João Cardoso e Leal Caneco, o percurso do soldado recruta da Brigada Real da Marinha após a sua incorporação se dava em vários locais, sendo o primeiro o quartel da Divisão, onde era dada a instrução básica,

sendo depois destacados para a instrução prática junto das baterias os que buscavam a habilitação em Artilharia, por exemplo (CARDOSO & CANECO, 1997, p. 215).

É necessário observar que, para o sistema de ordem unida aplicada a estes pelotões da Brigada Real da Marinha para uma primeira instrução, estas lições estão intimamente ligadas aos ensinamentos da época do Conde de Lippe em Portugal. Assim, os “exercícios das tropas” e o modo de instruir um recruta são próximos aos contidos nas diretivas publicadas em 1763, divididas em 77 pontos e estudadas por Duarte Quirino Pacheco de Souza, que as chamou de “um misto de ensinamentos prussianos e ingleses” (SOUZA, 1997, pp. 249-266). É sabido que essas medidas tinham por objetivo incidir principalmente na reestruturação orgânica da instituição militar, na preparação dos combatentes e, em paralelo ao exemplo prussiano, em um considerável reforço disciplinar. Como afirma Rui Bebiano, o objetivo que se pretendia, aos níveis dos diversos graus e da disciplina, era forçar uma uniformização de comportamentos, na altura praticamente inexistente (BEBIANO, 2000, p. 430). Ademais, ao longo do século XVIII, se consolidou a noção de que a disciplina era uma condição *sine qua non* para a eficácia da instituição militar. De acordo com Foucault, através da disciplina, “o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina que se precisa (...). Dessa forma, foi ‘expulso o camponês’ e foi lhe dada a ‘fisionomia de soldado’” (FOUCAULT, 2004, p. 117).

Em paralelo, este documento nos apresenta desde o seu título novas informações e utilização de novos conceitos, também no campo da terminologia militar. É o caso do termo *Pelotão*, que tem por significado parte de uma subdivisão de um batalhão, menor unidade em que a manobra

é possível realizar, considerada unidade elementar do combate. Este termo é visto pela primeira vez no manual *Novo methodo para dispor hum corpo de Infantaria de sorte que possa combater com a Cavallaria em campanha raza*, publicado em 1767, sob os auspícios do Conde de Lippe, tendo a tradução para o português feita por Joaquim de Noronha, sargento-mor do Regimento de Schaumbourg Lippe. Essas pequenas medidas eram fruto da reorganização militar voltada principalmente à ação sobre a instrução e disciplina, buscava a construção de um novo Exército, pretendendo aproximar a instituição militar dos padrões modernos.

Sendo assim, já se encontra nas notas iniciais deste Livro I as primeiras revelações de um corpo social muito particular, onde serão revelados preceitos legais e hierárquicos, buscando já ambientar o soldado recruta com o “novo mundo” neste seu primeiro contato com a vida militar. Em seguida, nas primeiras palavras direcionadas aos instrutores, pede-se o compromisso para que as instruções sejam sempre proferidas em tom firme e claro, a fim de que possam ser bem entendidas pelo novo soldado¹². Já a segunda nota introdutória informa que o oficial ou oficial inferior¹³ encarregado do ensino dos recrutas (chamado pelo texto de “Instruidor”) será responsável por fazer um exemplo daquilo que lhe foi ensinado e explicado, não avançando a próxima lição sem que todos os recrutas estivessem certo do que foi demonstrado¹⁴.

O primeiro aspecto abordado é sobre a posição – do corpo – do soldado em marcha. Relaciona-se diretamente com uma das principais e mais características alusões à formação de um soldado de Infantaria, que buscava combater enfileirado. Sobre isto, encontra-se 17 notas onde se descreve e exemplifica os primeiros movimentos referentes à ordem unida, como

deve ser feito o passo e, pela primeira vez ensinado, por exemplo, a posição dos membros superiores no momento da marcha: “ombros e braços sempre em posição natural, sem que estejam repuxados para cima, os braços pendentes em uma curva como naturalmente caem ao corpo sem aperto, ficando a palma da mão virada um pouco para fora: o dedo mínimo atrás unido à costura da pantalona”¹⁵.

Quanto ao carregamento, o compêndio de instruções separa o aprendizado desta lição em 12 tempos (ou 12 diferentes ações) estando o mosquete apto para o disparo ao final deste processo. Como típico mosquete de pederneira (*flintlock*) inglês, popularmente conhecido como *Brown Bess*, utilizado pelas forças portuguesas desde as reformulações implementadas pelo Conde de Lippe, durante a segunda metade do século XVIII, também envolve neste processo o uso de uma vareta em paralelo ao uso da pólvora.

Após os exercícios de manejo das armas, fogos e todos os outros movimentos referidos pelo Instruidor, os soldados entrarão em uma fileira, tocando-se apenas pelo cotovelo, com a finalidade de exercitar o ato de marchar, instruções descritas entre as notas 94 a 109 do documento. A primeira instrução se trata da marcha ordinária (ou marcha direta, segundo o documento), sendo iniciada pelas seguintes vozes (1ª voz: “pelotão em frente!”; 2ª voz: “guia à esquerda!”; 3ª voz: “marcha!”) ditas pelo Instruidor. Após a voz de “marcha!”, a fileira romperá vivamente com o pé esquerdo. O Instruidor mandará marchar um homem bem ensinado dois passos adiante do soldado posto à direita ou à esquerda da fileira segundo o lado onde for assinalado o guia, e ordenará a este soldado que marche exatamente sobre as pegadas do que o precede, conservando sempre a distância de dois passos. Será sempre observado pelo Instruidor as se-

guintes regras para os soldados: unir-se levemente ao cotovelo do seu vizinho; não abrir o cotovelo esquerdo nem o braço direito; ceder à pressão que vem do lado do guia e resistir à que vem do lado oposto; conservar sempre a cabeça direita e os olhos fixos no chão, a doze ou quinze passos de distância adiante de qualquer lado que o guia seja indicado; se um soldado perceber que está muito adiantado ou atrasado, buscará pouco a pouco o seu lugar, alongando ou encurtando o passo de um modo quase invisível.

Dentre as notas 110 a 120 surge o último assunto do Livro I. Em um primeiro momento, o Instruidor exercitará primeiro os soldados a se perfilarem homem a homem, com a finalidade de compreender melhor os princípios do alinhamento. Para isto, mandará marchar dois passos à frente os dois primeiros soldados do lado direito e tendo-os perfilado, advertirá sucessivamente a cada soldado que se ponha sobre o alinhamento dos dois primeiros; a cada advertência que lhe fizer o Instruidor o soldado deve se perfilar, soltar a cabeça e os olhos à direita, marchará na cadência do passo ordinário dois passos adiante encurtando o último atrás do alinhamento novo, que nunca deve exceder. Depois, por meio de pequenos passos, sem que o corpo balanceie, se irá colocar ao lado do homem a que se deve encostar, de modo que a linha dos seus olhos e a dos ombros se achem na direção do soldado da sua direita, tendo um leve contato do cotovelo deste, sem que o seu se abra. Na seguinte nota, a explicação de que o alinhamento à esquerda se fará semelhante.

Seguem-se as últimas notas do Livro I, tendo ainda o alinhamento como ponto de interesse, descrevendo alinhamentos à retaguarda, conversões à direita e à esquerda e mudanças de direção dos alinhamentos.

LIVRO II: RESUMO DO EXERCÍCIO DE ARTILHARIA DA MARINHA ENSINADO NO FORTE DE XABRÉGAS PARA O USO DOS NAVIOS DE GUERRA NO ANO DE 1804

Neste livro, supomos que o autor tivesse por objetivo tratar de modo mais pedagógico e com a maior clareza possível as vozes, comandos e a prática da instrução de artilharia naval. Tendo em vista a complexidade da peça junto à “mobilidade” sobre a qual é obrigada a manobrar sobre as ondulações do mar, as palavras do matemático francês Pierre Charles François Dupin – citado no *Compendio theorico-pratico de Artilharia Naval*, compêndio letivo da Academia Real dos Guardas-Marinha, escrito em 1829 por António Lopes da Costa Almeida, futuro primeiro Director da Escola Naval – esclarecem alguns dos desafios enfrentados pelos artilheiros marítimos:

a manobra da artilharia naval é talvez mais importante do que ainda a dos navios. Ela oferece dificuldades muito superiores as da artilharia terrestre, porque a bordo é necessário meter em bateria e carregar a peça sobre um pavimento móvel e que em muitas vezes sofre extraordinárias inclinações de bombordo a estibordo, ou de popa a proa. E, no meio destes movimentos tão diversos, manobrando em um lugar muito estreito, é preciso descobrir o segredo de apontar por uma direção, a maior parte das vezes diversas daquela em que existe o objeto que se pretende ferir, e sempre tal, que o projétil participando das oscilações do navio vá por uma derrota diagonal ou curvilínea ferir o objeto (ALMEIDA, 1829, p. II).

Por outro lado, em termos de manual de instrução para a artilharia naval, não é despropositado afirmar que o nosso

compêndio nos dá indicações, mesmo que poucas, de ser um modelo precursor para tal método educativo, visto que não encontramos em nossa pesquisa outro documento similar antes de 1804. A propósito disto, todos os manuais e outras publicações sobre artilharia naval adotadas pela Escola Prática de Artilharia Naval durante os anos após a sua fundação sofreram influência do documento aqui analisado¹⁶. Este Livro II, *Rezumo do exercicio de Artilharia da Marinha ensinado no Forte de Xabregas para uzo dos Navios de Guerra em o Anno de 1804*, se torna base para produzir outros documentos formadores de artilheiros navais para a Marinha de Guerra portuguesa durante a segunda metade do século XIX, a título de exemplo, destacamos o *Guia do marinheiro artilheiro*, de autoria do Tenente Augusto Zeferino Teixeira (sem data); o *Manual do marinheiro artilheiro*, de autoria do Primeiro-Tenente Rodrigo Augusto Teixeira Pinha, de 1866; e *Alterações ao exercicio de artilharia naval de desembarque*, sem autor, aprovada em portaria de 13 de janeiro de 1875.

O Livro II encontra-se subdividido em quatro partes, comprovando a diversidade da preparação de um soldado recruta da Brigada Real da Marinha que opta por obter a habilitação de artilheiro marítimo. Na primeira parte, encontramos a *Primeira nomeação de postos, que deve fazer o Comandante*; trata-se de um conjunto de pequenos desenhos e suas respectivas explicações mostrando qual a disposição que devem tomar os soldados artilheiros marítimos frente à peça ou durante uma parada. A seguir, encontramos *Toques de caixa para os sinais*, conjunto de sons, emitidos a partir de toques de caixa, que funciona como alternativa da passagem das ordens aos subordinados. Na terceira parte, *Vozes para o exercicio de artilharia da Marinha*. E por último, *Vozes que deve dar o Comandante da Bateria*.

Em *Primeira nomeação dos postos que deve fazer o Comandante*, encontramos os primeiros aprendizados sobre as posições que as guarnições de soldados artilheiros marítimos devem tomar à vanguarda, em parada e em rebate (combate). Forte influenciador dos compêndios de instruções que virão (no que se refere aos “exercícios de peça”) os ensinamentos contidos neste livro são semelhantes à sequência apresentada por António Lopes da Costa Almeida, no Apêndice II do seu *Compendio theorico-pratico de Artilharia Naval*, publicado em 1829, pela Academia Real das Ciências de Lisboa.

Os exercícios práticos a bordo dos navios são constantemente realizados por soldados artilheiros marítimos da Brigada Real da Marinha e marinheiros. O número de homens empregados no serviço de cada boca de fogo depende de sua diferente manobra e calibre do projétil, sendo os soldados artilheiros marítimos “protagonistas” do processo de carregamento e disparo, enquanto aos marinheiros restam um “papel auxiliar”, responsáveis por um serviço de desatracação, atracação e limpeza da peça, auxiliado por ferramentas como pés de cabra, espeques e soquete. Quanto aos calibres utilizados e respectiva quantidade de homens necessários para colocá-la em funcionamento, o documento faz referência em um pequeno quadro, dividindo-os em quatro guarnições. A 1ª guarnição opera o calibre 36 (contando com 14 homens), a 2ª guarnição opera os calibres 24 e 18 (contando com 12 homens), a 3ª guarnição opera os calibres 12 e 9 (contando com 10 homens) e a 4ª guarnição opera os calibres 6 e 3 (contando com 8 homens).

A seguir, em uma segunda subdivisão do Livro II, nos mostra o compêndio de instruções para soldados recrutas da Brigada Real da Marinha como reconhecer as ordens quando emitidas a partir de to-

que de caixa, que, ao lado do apito de marinheiro, já era largamente utilizada pelas Marinhas de Guerra como alternativa de transmissão de ordens aos subordinados no início do século XIX.

Em *Toques de Caixa para os Sinais*, as instruções se dão através de rufos, rebates e pancadas. Assim, para iniciar o exercício em parada tocará um grande rufo; e a chamada para combate, toque de rebate. Para cessar o fogo e o exercício, um rufo. Para a nomeação dos postos, duas pancadas. Para desatracar a artilharia, duas pancadas dobradas. Para atracar em peito de morte, um rufo no fim das pancadas. Para atracar em meias voltas, duas pancadas dobradas. Para desguarnecer a bateria, marcha dobrada. Para principiar o fogo de combate, dois golpes de rebate. Para principiar o fogo à vontade, dois golpes de faxina. Para conteirar à direita, um rufo e uma pancada. Para conteirar à esquerda, um rufo e duas pancadas. Para ver reto, um rufo e três pancadas. A desarvorar, dois rufos e uma pancada. Ao convés do inimigo, tocará dois rufos e duas pancadas. A meter à pique, dois rufos e três pancadas. Para acudir a abordagem, a chamada alternada com rufos. Para o exercício de combate, rebate alternado com rufos.

Na quarta e última subdivisão do Livro II, o compêndio de instruções apresenta as *Vozes que deve dar o Comandante da Bateria*, para duas situações distintas: durante os exercícios em parada e em rebate (combate). Para uma melhor compreensão dos ensinamentos, o compêndio de instruções nos mostra um quadro contendo um conjunto de 21 vozes que são emitidas em três momentos distintos, *antes do combate, no combate e depois do combate*. São elas: 1ª: “sentido”, 2ª: “aos seus postos à direita e à esquerda”, 3ª: “marcha”, 4ª: “chefe de peça faz nomeação dos postos”, 5ª: “desatracar artilharia” (antes

do combate); 6ª: “escorvar”, 7ª: “abaixar as pontarias”, 8ª: “apontar”, 9ª: “firmar as pontarias e dar fogo”, 10ª: “retirar da bateria”, 11ª: “ala”, 12ª: “carregar”, 13ª: “limpar a peça”, 14ª: “unir o cartuxo”, 15ª: “calçar bala e taco”, 16ª: “meter em bateria”, 17ª: “ala” (no combate); 18ª: “atracar artilharia”, 19ª: “desguarnecer a bateria”, 20ª: “formar à retaguarda”, 21ª: “marcha” (depois do combate).

A seguir, o documento instrui sobre a passagem dos soldados de bombordo para estibordo (ou inversamente), manobra executada quando o inimigo passava a outro bordo ou quando estava em ambos. Para isso, se daria o aviso para iniciar a movimentação (“servir a bateria de bombordo!”, “servir a bateria de estibordo!” ou “servir as duas baterias!”) às guarnições desejadas (“primeira ou segunda peça!” ou “peças de toda a bateria!”). Em uma nota de observação, ressalta caso seja a bateria do convés, devem-se deixar atracadadas as peças em meias voltas; porém, se forem as da coberta, devem-se retirar as peças da bateria e dar-lhe meias voltas com as talhas. Ao final deste exercício, dão-se as vozes “desguarnecer a bateria!”, “formar à retaguarda!” e “romper!”.

O exercício em rebate, a movimentação que o documento mostra a seguir, deve ser executado sempre que haja a suspeita da proximidade de um inimigo. Assim, logo que toque a rebate, o comandante passa em revista as peças da bateria e manda fazer o sinal de caixa (duas pancadas) para a nomeação dos postos. Logo que o sinal de desatracar a artilharia (duas pancadas dobradas) e o de escorvar (uma pancada) sejam executados, o chefe de peça verifica a mesma, a fim de estar em condições para fazer fogo. Alerta o autor que, quando se toca a rebate deve trazer nos guarda-cartuchos dois cartuchos, porque ao fechar as escotilhas ficará cada peça servida com três tiros.

LIVRO III: ARTILHEIRO MARÍTIMO OU COMPÊNDIO DE INSTRUÇÕES PARA O ARTILHEIRO DO MAR, ORDENADO EM FORMA DE DIÁLOGO POR MÉTODO CLARO PARA USO DOS SOLDADOS DA BRIGADA REAL DA MARINHA

Neste último livro, e como já mencionado anteriormente, encontramos o diálogo de estilo ciceroniano (cuja característica é formar e informar) como mais um instrumento pedagógico para o aprendizado dos soldados artilheiros marítimos da Brigada Real da Marinha. Funciona como um conjunto de perguntas (feitas pelo soldado novo, assinalado no documento pela letra “R”) e respostas (a cargo do soldado velho, assinalado no documento pela letra “V”), com a finalidade de conhecer e mostrar a função de exercícios, conceitos e equipamentos vistos pela primeira vez aos soldados artilheiros marítimos.

Como um exemplo, no capítulo 1º, sobre *os exercícios com a peça*, inicia-se o texto com o soldado velho (descrito no texto como “Veterano”) a ensinar como é dividido o exercício de peça no mar: “saí primeiro que o exercício de peça no mar divide-se em mandamentos; este em tempos, e estes subdividem-se em movimentos”¹⁷. A seguir, apresenta o soldado novo (descrito no texto como “Recruta”) a primeira pergunta: “o que são mandamentos?”. Assim, evolui todo o texto do Livro III, o soldado novo funcionando como *domandatori*, e efetivamente dirigindo os temas que se desenvolvem no diálogo, assumindo o soldado velho o papel de esclarecedor de dúvidas, demonstrando o significado de conceitos pertencentes ao mundo militar-naval.

No capítulo 2º, *do conhecimento da pe-lamenta e mais utensílios que servem no exercício e combate, os quais todo o Soldado de Marinha deve saber de cor os seus usos e configurações*, continua o soldado

Recruta na função de *domandatori* e dirige agora perguntas sobre equipamentos, pelamenta e utensílios que assessoram os exercícios e combates, recebendo detalhadas respostas do soldado Veterano. Assim, inicia o diálogo perguntando “que pelamentas e utensílios são estes?”¹⁸, obtendo a seguinte resposta do soldado Veterano:

eu vos digo todos um por um, a tapa da peça com a sua gaixeta, a pranchada com a sua gaixeta, o vergueiro, o contra vergueiro, as talhas, o xapuz, a soleira, a palmeta, o diamante, a verruma, a goiva, o repuxo, a broca, o espeque, o pé de cabra, o soquete, a lanada (ou ambos em uma só haste), os tacos, as balas, a pirâmide, a lanterna, a palanqueta e a bala encadeada¹⁹.

Já o capítulo 7º, o último deste livro, é destinado a orientar os soldados recrutas da Brigada Real da Marinha a trabalhar com cabos (cordas). Chama-se *no qual se trata de fazer costuras, alçar, passar levas, arrebens, atracar as portas, fazer vinhateiras, gaxeta e falçar*, e divide-se em dois artigos. Assim, pergunta o soldado Recruta, por exemplo, o que são costuras, costuras redondas, alças para cadernais, e seus respectivos usos.

Por fim, concluímos que as instruções contidas neste compêndio mostram-se relevantes para a formação técnica de tais soldados com todo um conjunto de ensinamentos claros e objetivos, sobretudo entre a Divisão de Fuzileiros Marinheiros, representando uma importante contribuição no sentido de uma profissionalização e maior disciplina dos militares, tendo impacto direto sobre as operações em que a Brigada Real da Marinha tomaria parte. Como principal exemplo do que dizemos, referimos que a Campanha de Caiena (1809) nos mostra que as ações de desembarque, assalto e principalmente a utilização da Infantaria de Marinha seguiu o padrão apre-

sentado no documento analisado, uma vez que essas ações foram desencadeadas por pequenas unidades (pelotões) e percebemos nos relatos conhecidos o destaque do uso do soldado de Infantaria para a tomada dos objetivos táticos.

A BRIGADA REAL DA MARINHA E A CONQUISTA DE CAIENA

Com a invasão do território português, em 1807, pelos exércitos de Napoleão, a partilha do reino de Portugal entre franceses e espanhóis e a transmigração da Corte Joanina para o Brasil, surgiu a ideia de uma retaliação, um ataque, nas colônias espanholas e francesas na América do Sul. A estratégia elaborada visava, conjuntamente, à extensão das fronteiras do território do Brasil a Norte, dominando a Guiana Francesa, e a Sul até o Rio da Prata, ocupando as colônias espanholas próximas de Montevidéu (RODRIGUES, 2014, pp. 327-332).

A conquista de Caiena em 1809, que levou à dominação da Guiana Francesa pelos portugueses até 1817, foi precedida de dois atos políticos formais, um declarando nulo todos os tratados assinados com a França e o outro de declaração de guerra à mesma nação. Esta ruptura corroborava, assim, uma sequência de atitudes diplomáticas que procurava, a partir de circunstâncias muito adversas, garantir os interesses portugueses na América do Sul. A importância da região amazônica para o tabuleiro estratégico português tinha a sua relevância desde o século XVII e, no Setecentos, foi reafirmada durante a governança do Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, e mais tarde com o Secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que, aliás, quando do início do conflito com a França fez com que seu irmão, D. Francisco de Sousa Coutinho, governasse a província do Pará. Assim, apresentavam-se ao menos três objetivos para invadir a capital

da Guiana Francesa, Caiena: uma retaliação, um objetivo geopolítico mais amplo, e outro, menor. A retaliação é clara, visto os acontecimentos recentes da invasão de tropas franco-espanholas ao reino português. Quanto aos objetivos geopolíticos, o primeiro, buscava incorporar a Guiana e torná-la uma plataforma de presença portuguesa no norte da América do Sul e no Caribe; o terceiro, mais restrito, buscava fixar uma fronteira pelo Oiapoque, garantindo um amplo território ao norte de Macapá, aumentando assim as condições de segurança da Bacia e da Foz do Amazonas (WEHLING, 2010, p. 11).

Segundo Arno Wehling, a incorporação de Caiena como expressão de um objetivo geopolítico que visasse o norte da América do Sul e ao Caribe era possível, mas, à luz da documentação conhecida, não foi uma opção aconselhada. Tal atitude poderia ser entendida, pela Inglaterra, como uma intromissão em uma área considerada da sua influência. O interesse do governo do Rio de Janeiro foi a anexação provisória visando a uma posterior negociação diplomática, tornando o episódio de Caiena um importante elo numa cadeia político-diplomática e militar, permitindo a consolidação e o reconhecimento de limites que atendiam à antiga preocupação geopolítica de Portugal, e de proteger a Foz e a Bacia do Amazonas (WEHLING, 2010, p. 12).

No que toca às ações da Brigada Real da Marinha nesta campanha na região amazônica, encontramos escassa informação documental e estatística sobre os efetivos da Brigada Real da Marinha que tomaram parte destes acontecimentos. Sabemos que boa parte dos navios da Armada Real portuguesa foi empregada na viagem da Família Real para o Brasil, ficando em Lisboa apenas os navios que não se encontravam operacionais. Assim também ocorreu com os soldados da Brigada Real da Marinha, seguindo a bordo dos navios

da Esquadra grande parte dos seus efetivos, ficando apenas em Lisboa uma parte reduzida deste corpo. Também é difícil precisar quão numeroso foi o contingente de soldados de Marinha utilizado nas ações militares, visto que não existe nenhum documento da época que especifique o número de integrantes da Brigada Real da Marinha que acompanharam a Esquadra para o Brasil. Consequentemente, não se consegue uma distinção entre cada um dos corpos militares que tomaram parte nos vários episódios da tomada de Caiena.

No final de 1808, foi organizada na capital da província do Pará uma expedição, comandada pelo Tenente-Coronel Manuel Marques e contando com o auxílio de forças navais inglesas, destinada à ocupação da margem direita do Rio Oiapoque, a fronteira estabelecida pelo Tratado de Utrecht, mas ainda sob posse francesa. O destacamento era composto por duas companhias de granadeiros dos Regimentos de Linha da guarnição de Belém; uma companhia de caçadores de cada um desses regimentos; voluntários do Regimento de Macapá; uma companhia de artilharia com três peças de artilharia e um obus, totalizando 405 praças combatentes e mais um capelão e um cirurgião.

A Esquadra, sob comando do Capitão de Mar e Guerra inglês James Lucas Yeo, era composta por uma fragata, dois brigues, uma escuna, dois *cúteres*, três barcas canhoneiras e três navios-transporte. Acrescidos de 346 homens que embarcaram nestes navios, as forças reunidas compunham-se de 751 praças com três peças de artilharia, um obus e 12 navios totalizando 93 peças de artilharia (BRASIL, 1979, p. 388). Nesta força encontravam-se os elementos da Brigada Real da Marinha, mas pelos motivos expostos desconhecemos quantos eram e como operaram.

CONCLUSÃO

Observamos que a principal fonte aqui apresentada foi, sem lugar para dúvidas, a máxima expressão dos esforços para uma melhor capacitação dos soldados recrutados da Brigada Real da Marinha para este período; tornando-se também o documento base que guiou alguns planos e disposições posteriores principalmente para o treinamento de recrutados artilheiros para a Marinha de Portugal ao longo de todo o século XIX.

Este documento, *Instruções para a Brigada Real da Marinha, principiando pela escola do Soldado até à de Pelotão*, conta com grande detalhe a perspectiva portuguesa sobre novos e modernos usos e costumes da atividade-fim, por exemplo, de um artilheiro naval à época da Marinha de Nelson. Ao longo do texto, o autor procurou apresentar um ensinamento reformulado e adequado à conjuntura militar-naval da passagem do Setecentos para o Oitocentos. Dedicado, por inteiro, ao tratamento dos primeiros conhecimentos da Infantaria de Marinha e Artilharia Naval, este documento constitui um dos mais completos tratados militares da história institucional da Brigada Real da Marinha. Porém, o documento também encerra fragilidades. Sente-se a ausência de preceitos relativos ao combate da Infantaria de Marinha quando embarcada, atuando nas gáveas, conveses e castelos dos navios, como descreveu o capitão de navio José Maria Chacón y Sarraoa, oficial da Armada Real espanhola, em seu tratado (CHACÓN, 1828) pouco posterior e similar ao documento aqui analisado. É ainda de destacar as similitudes literárias que este documento partilha com as obras de Diogo do Couto, entretanto impressas.

Já as ações militares da Brigada Real da Marinha na América do Sul continuam, ainda hoje, por explorar e aprofundar a partir das pesquisas nos arquivos brasileiros. Buscaremos trabalhar o assunto no futuro próximo, prometendo ao leitor o esforço de lançar luz sobre o assunto que fica temporariamente sem atenção particular.

O nosso estudo, além de pretender aprofundar o conhecimento atual sobre a Armada Real portuguesa no fim do século XVIII e início do século XIX, também forneceu contributos significativos para o conhecimento mais específico da história institucional da Brigada Real da Marinha neste período. É possível perceber, através de sua trajetória, ser esta unidade militar um corpo de elite, contendo em seu histórico, desde 1621, a relevância da Infantaria de Marinha para proteção dos navios da Armada Real portuguesa, de sua costa e de territórios ultramarinos. É ainda possível descortinar a sua atuação como guarda real, até tornar-se um corpo vocacionado para guarnecer a artilharia das embarcações de guerra e atuar como infantaria de desembarque.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, António Lopes da Costa. *Compendio theorico-pratico de Artilharia Naval. Extractado e redigido das obras dos mais celebres e modernos autores e acomodado para servir de compendio letivo da Academia Real dos Guardas-Marinha*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1829.

BEBIANO, Rui. *A pena de Marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa (séculos XVI-XVIII)*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2000.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. *Instruções para a Brigada Real da Marinha, principiando pêlla escólla do Soldado até á de Pelotão*.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MARINHA. História Naval Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, Vol. 2, Tomo II, 1979, p. 388.

CARDOSO, J. Freire & CANECO, M. Leal. *Escola de Artilharia Naval no seu bicentenário*. VIII Colóquio da Comissão Portuguesa de História Militar – Preparação e formação militar em Portugal. Lisboa, 1997.

CASTEL-BRANCO, João Agnello Vellez Caldeira. *Nota sobre o ensino prático de Artilheria Naval*. Congresso pedagógico hispano-português-americano (seção portuguesa). Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

CERRO, Pablo Ortega del. La profesionalización de la oficialidad naval española, 1750-1800: aproximación a sus destellos desde las sombras. In: *Vegueta. Anuario de la Facultad de Geografía e Historia*. 16, 2016.

CERRO, Pablo Ortega del. *Theory and praxis of the professionalisation of the Portuguese Navy: The Navy officer corps, 1750-1807*. In: *The International Journal of Maritime History*. Vol. 32 (3). 2020.

CHACÓN, José Maria. *Instruccion militar para el navio de Su Majestad “Soberano”. Dada por su comandante el capitan de navio de la Real Armada Don José Maria Chacón*. Habana: Oficina de D. José Bolona, Impresor de la Real Marina por S. M., 1828.

CURTO, Diogo Ramada. *Cultura escrita: séculos XV a XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 28ª edição, 2004.

GARCÍA MARTÍN, Ana María. Introdução. In: Diogo do Couto, *O Soldado Prático*. Coimbra: Angelus Novus Editora, 2009.

GUZMÁN, Jaime Miguél de. *Máxima para la guerra, sacadas de las obras del excelentísimo sr. Marqués de la Mina, capitan general de los exércitos del rey: com un epitome de su vida.*, Tolosa: Pedro Robert impressor, 1776.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora (BIBLIEX) e Companhia das Letras (co-edição), 1996.

MAC INTYRE, John. *A military treatise on the discipline of the marines forces, when at sea: Together with short instructions for detachments sent to attack on shore. By John Mac Intire, lieutenant of marines*, Londres: T. Davies, in Russel street, Covent-Garden, 1763.

MOLYNEUX, Thomas More. *Conjunct expeditions: or expeditions that have been carried on jointly by the fleet and army, with commentary on a Littoral War*. Londres: R. and J. Dodsley in Pall-Mall, 1759.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Pombal e a aristocracia. *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*. Lisboa: n.º 15-16, 2003. p. 34-41.

ORDONEZ, Manuel Díaz. Presentación dossier. In: La logística anfibia: el poder naval del Império espanhol en el Mediterráneo durante el siglo XVIII. *Revista Universitaria de Historia Militar*. Cádiz: Centro de Estudios de Historia Militar. Volume 5, número 10, Año 2016.

PEREIRA, José António Rodrigues. CASTRO, Paulo. *Da Armada Real para a Marinha Imperial: as Unidades e Organismos que ficaram no Brasil e as que voltaram para Portugal*. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2018.

RODRIGUES, José Damião. Continuidades e projectos reformistas (1777-1807). In: OLIVEIRA E COSTA, João Paulo. RODRIGUES, José Damião. OLIVEIRA, Pedro Aires. *História da Expansão e do Império português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014

SERRÃO, José Vicente. Sistema político e funcionamento institucional no Pombalismo. In: COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (Org.). *Do Antigo Regime ao Liberalismo – 1750-1850*. Lisboa: Vega, sem data.

SILVA, Jorge Manuel Moreira. *A Marinha de Guerra Portuguesa desde o regresso de D. João VI a Portugal e o início da Regeneração (1821-1851) – Adaptação a uma nova realidade*. Dissertação de Mestrado em História Marítima apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009.

SOUZA, Duarte Quirino Pacheco de. *Algumas observações à obra do Conde de Lippe em Portugal*. In: VIII Colóquio da Comissão Portuguesa de História Militar – Preparação e formação militar em Portugal. Lisboa, 1997.

TRIM, David. J. B. e FISSEL, Mark Charles. (Orgs.). *Amphibious Warfare 1000-1700. Commerce, State Formation and European Expansion*. Leiden-Boston: BRILL, 2006.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. BARATA, Manuel Themudo (Coord.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, 5 volumes.

WEHLING, Arno. A conquista de Caiena – 1809. Retaliação, expansão territorial ou fixação de fronteiras? In: *Revista Navigator*. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM). vol. 6, n 11, 2010.

NOTAS

¹ A versão completa deste estudo, bem como o principal documento aqui utilizado (transcrito e com ortografia atualizada) e um vocabulário naval próprio do século XIX, pode ser encontrada na dissertação de mestrado em História Militar apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) sob o título: “Fuzileiro marinho e artilheiro marítimo: instrução ao soldado da Brigada Real da Marinha em Portugal nos finais do Antigo Regime”, do mesmo autor, no seguinte link: <http://hdl.handle.net/10451/49287>

² *Alvará com força de Lei, pelo qual a Rainha criou uma Brigada Real da Marinha para guarnição das naus e das embarcações de guerra*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa. Código de Referência: PT-TT-LO-003-8-94.

³ Idem, fl. 2.

⁴ *Ordenanzas de Su Majestad para el gobierno militar, político y económico de Su Armada Naval*. 2 Tomos, Madrid: Imprenta Juan de Zuniga, 1748.

⁵ Este documento tem uma “revisão” impressa, no ano de 1827, à pena do major graduado da Brigada Real da Marinha Manoel Rodrigues Lucas de Sena, chamado *Escola do soldado de Marinha em utilidade da Armada Real, Brigada Real da Marinha e do comercio mercantil da navegação*, publicação inserida nos *Escritos Marítimos e Académicos* do Capitão de Mar e Guerra José Maria Dantas Pereira de Andrade, militar dedicado ao ensino naval em Portugal no século XIX. Conservado sob guarda da Biblioteca Central da Marinha (BCM), é de nosso conhecimento uma única cópia no Arquivo Histórico Parlamentar (AHP), ofertada pelo autor à época da publicação. É nossa intenção trabalhar com este documento em um futuro artigo, visto que o ano da publicação dele ultrapassa o período cronológico escolhido para análise nesta publicação.

⁶ Da mesma forma acontecia na Royal Navy, que baseava a preparação dos seus oficiais no treino de bordo, sentindo a necessidade de criar uma academia em 1863 (a Britannia Royal Naval College, em Dartmouth).

⁷ Por determinação do Conselho do Almirantado, em 14 de fevereiro de 1797. Sua instalação se deu a bordo da Fragata *Princesa do Brasil*, fundeada na enseada de São José de Ribamar (SILVA, 2009).

⁸ A reorganização do Regimento de Artilharia da Corte, em 1763, reforçou a ordem que companhias de artilheiros fossem destacadas para manejar as peças das embarcações de guerra. Além disso, através de um plano de estudos aprovado em julho de 1763, determinou-se que o Regimento de Artilharia da Corte e o Regimento de Artilharia de Lagos, no Algarve, fossem também instruídos em exercícios de bordo. A título de exemplo, no ano de 1765, 226 artilheiros estiveram distribuídos em cinco embarcações de guerra. Em 1768, 157 artilheiros. Em 1769, 104 artilheiros. Entre 1771 e 1777, a média de artilheiros do Exército embarcados era de 55 homens. Em agosto de 1798, ano das operações da Esquadra do Marquês de Niza no Mediterrâneo, em razão da grande necessidade, havia 538 artilheiros do referido Regimento a bordo dos navios de guerra.

⁹ A exemplo disto, o alvará de 18 de março de 1757 instituía uma classe de guardas-marinha com a graduação de alferes, sendo efetivamente os primeiros alunos admitidos somente em 1762, vindo a ser extinta no ano de 1774; enquanto que, em 1764, na cidade do Porto, o rei mandou criar 12 postos de tenentes de mar e 18 guardas-marinhas para servirem em duas fragatas de 24 e 30 peças construídas por iniciativa dos negociantes da cidade, afim de combater piratas e saqueadores, nascendo assim a Aula Náutica do Porto.

¹⁰ Decreto de 13 de novembro de 1800. Documento sob guarda do Arquivo Histórico da Marinha (AHM), Lisboa. Localização: índice 32 (Documentação avulsa até 1910), caixas 75 a 82.

¹¹ Designação, à época, para o atual posto de sargento.

¹² *Instruções.*, I. 2 anverso.

¹³ Designação, à época, para o atual posto de sargento.

¹⁴ *Instruções.*, I. 2 anverso.

¹⁵ *Instruções.*, I. Idem.

¹⁶ Fundada em 26 de julho de 1863. Para mais informações sobre os manuais de instrução da Escola Prática de Artilharia Naval, ver: CASTEL-BRANCO, João Agnello Vellez Caldeira. *Nota sobre o ensino prático de Artilheria Naval*. Congresso pedagógico hispano-português-americano (seção portuguesa). Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

¹⁷ *Instruções.*, III. 29 anverso.

¹⁸ *Instruções.*, III. 34 reverso.

¹⁹ *Instruções.*, III. 34 reverso.